

O DISCURSO DA ADESÃO VOLUNTÁRIA NA AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Maria de Souza Rodrigues¹

Pós-Doc/UEMS/UFMT

Marlon Leal Rodrigues

NEAD/CEPAD/UEMS

RESUMO: O lócus e diretriz central deste estudo se referem à Autoavaliação Institucional, fio contraditório que percorre as IES brasileiras principalmente ao caráter da não premiação ou punição, adesão voluntária e liberdade de posicionamentos. A Autoavaliação institucional tem seu advento na década de 1990 com o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB). A partir de 2004 foi implementada por meio do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela Lei 10.861/14/04/ 2004. Avaliação é concebida como processo que efetivamente vincula a dimensão formativa a um projeto de sociedade comprometida com a igualdade e justiça social e o fundamento teórico-metodológico emana do “marco legal da avaliação e regulação da Educação Superior, conceitos, princípios e critérios definidos no SINAES”. O estudo é do tipo exploratório, parte do pressuposto teórico da Análise de Discurso da escola francesa que contextualiza e dá as bases teórico-metodológicas necessárias para o conhecimento das formações discursivas não estabelecidas que se possa reconhecer nos textos, realizar cruzamento de vários discursos ou ainda a dominância de um discurso. A análise de interesse do discurso referente à participação voluntária servirá como “estratégia linguístico-discursiva”, a partir das condições de produção (PÉCHEUX, 1988) em uma formação discursiva dentro da realidade da Autoavaliação. Para melhor compreensão do objeto, os procedimentos metodológicos foram constituídos por fundamentação da literatura existente sobre o tema pesquisado, análise documentos oficiais do INEP, relatório de Pesquisa de Autoavaliação, entrevista com gestores e representação discente com vistas a extrair do discurso da adesão voluntário o corpus substancial constitutivo para proceder a AD. Os resultados da pesquisa apontam apenas na metodologia aparecem a questão da adesão voluntária à Autoavaliação Institucional e não há uma defesa explícita no discurso contidos nos relatórios anuais produzidos pelos membros da CPA, a partir da pesquisas de campo referente a Adesão Voluntária.

PALAVRAS-CHAVE: Autoavaliação Institucional, Adesão voluntária, Ensino Superior.

Suporte Teórico

A educação superior no Brasil tem sido marcada por um ritmo acelerado de crescimento nas últimas décadas em virtude de múltiplas ocorrências, principalmente da disputa

¹ Trabalho supervisionado pelo Prof. Dr. Marlon Leal Rodrigues de Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – Núcleo de Estudos em Análise do Discurso.

É um publica póstuma, pois a professora após terminar seu estágio faleceu. Fiquei de publicar seu texto. Faço-o em sua homenagem

de projetos societários, da adesão ao ideário neoliberal, da globalização, crise do capitalismo e no âmbito educacional, das ações do Ministério da Educação (MEC) com propósito da expansão universitária e ampliação do acesso.

O crescimento do número de universidades no País ocorrido desde o final da década de 1980 até os dias atuais pode ser visualizado no cotidiano das cidades brasileiras e por vezes no campo, nas estatísticas da Secretaria da Educação Superior do Ministério da Educação /ou em outros órgãos, a exemplo do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP/MEC.

A despeito da realidade destaca-se o crescimento de mais de 500% de IES na última década. Existem em Mato Grosso aproximadamente 49 instituições de ensino superior e conta apenas com 03 universidades públicas, sendo uma de cada esfera governamental: municipal, estadual e federal, esta última, conteúdo que faz parte da matéria a ser investigada.

Fundada em 1970, por meio da Lei 5.647, a Universidade Federal de Mato Grosso, com sede em Cuiabá, capital do Estado, é a maior instituição de ensino superior público desta Unidade da Federação, tendo atuado firmemente, ao longo de seus 46 anos de existência, na formação, capacitação e atualização de recursos humanos, formando indivíduos críticos e éticos, com uma base científica e humanística sólidas, comprometidos com intervenções transformadoras na sociedade e com o desenvolvimento socioeconômico regional e nacional, assim como tem contribuído com a difusão e produção científicas nas mais diferentes áreas do conhecimento.

O Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI é um instrumento estabelecido como um eixo condutor para o processo de avaliação tanto interna como externa e deve ser tomado como pano de fundo para que se trate criticamente a consecução dos objetivos e metas propostos.

A missão constante no Plano de Desenvolvimento Institucional do período 2013 a 2018, estabelecida no conjunto das unidades institucionais responsáveis pela sua execução torna-se a referência para apontar em que medida se avançou, a qualidade dos acertos, as dificuldades encontradas nesse processo e ainda quanto falta percorrer para consolidação das intenções e proposições institucionais neles estabelecidas. No PDI vigente a UFMT tem por missão: “formar e qualificar profissionais nas diferentes áreas, produzir conhecimentos e

inovações tecnológicas e científicas que contribuam significativamente para o desenvolvimento regional e nacional” (PDI/UFMT, 2013-2018, p.12).

Esta missão estabelecida pelo coletivo da Universidade requer a apropriação do pensamento orientador dessa proposta e a assimilação, por todas as unidades, abrangendo também todos os segmentos envolvidos no seu desenvolvimento e na efetivação dos resultados. Assim os Planos, Programas e Projetos devem estar orientados nesse fundamento e toda ação tanto administrativa quanto acadêmica também necessitam estar sintonizados com essa missão institucional possibilitando a construção de uma totalidade integrada que permita a autoanálise valorativa da coerência entre a missão e as políticas institucionais efetivamente realizadas, visando à melhoria da qualidade acadêmica e o desenvolvimento institucional.

Contudo o lócus e diretriz central deste estudo se referem à Autoavaliação Institucional, fio contraditório que percorre as IES brasileiras principalmente ao caráter da não premiação ou punição, adesão voluntária e liberdade de posicionamentos.

A Autoavaliação institucional nas Instituições de Ensino Superior tem seu advento na década de 1990 com o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB), instituído pelo Ministério da Educação (MEC) com vistas à criação de sistemas de avaliação internos que contribuíssem no processo de aperfeiçoamento das próprias universidades. Era constituído de 03 fases: avaliação Interna, Avaliação Externa e Reavaliação. A dotação financeira própria, a livre adesão das universidades por meio de concorrência de projetos e princípios de avaliação coerentes, com postura de livre participação e posicionamentos foram suas características principais (MENEZES, et al, 2002).

Dessa forma os princípios básicos do PAIUB estavam calcados na globalidade, comparabilidade, respeito a identidade institucional, não premiação ou punição, adesão voluntária e continuidade, além da indissociabilidade das dimensões do ensino, produção acadêmica, extensão e gestão em suas interações, interfaces e interdisciplinaridade.

A partir de 2004, a avaliação adquiriu novos contornos e foi implementada por meio do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela Lei 10.861, de 14 de abril de 2004. E, em observância a Lei, foi instituída a primeira Comissão própria de avaliação (CPA da universidade federal de mato Grosso/UFMT).

A concepção adotada é a de avaliação como processo “que efetivamente vincule a dimensão formativa a um projeto de sociedade comprometida com a igualdade e justiça social” (SINAES, 2004 p. 83 Apud PDI 2013-2018:89), e o fundamento teórico-metodológico emana do “marco legal da avaliação e regulação da Educação Superior, dos conceitos, princípios e critérios definidos no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES PDI (2013-2018:89).

A Autoavaliação, pela participação dos membros da comunidade acadêmica, é educativa e encaminha para o desenvolvimento da autoconsciência das qualidades, problemas e desafios para o presente e o futuro em relação às práticas administrativas e acadêmicas aplicadas na execução das políticas instituídas no Plano de Desenvolvimento Institucional (UFMT/PDI, 2013-2018, 12).

A relevância da pesquisa em questão remete à necessidade de Autoavaliação da Instituição e da adesão voluntária de seus participantes, conforme disposto na lei 10.871 de 14 de abril de 2004, dos processos de acesso à qualidade da formação científica e tecnológica oferecida. Mas também à necessidade de verificação continuada da adequação das matrizes curriculares às demandas sociais e econômicas.

Esta pesquisa nos possibilitou realizar uma importante leitura de dados informativos e vem, de certa maneira, corroborar o atributo de qualidade e de credibilidade que a sociedade mato-grossense confere à UFMT a condição de uma das mais bem sucedidas experiências em educação pública de qualidade de nosso país.

A Autoavaliação ou avaliação interna é um processo cíclico, criativo e renovador de análise, interpretação e síntese dos eixos e dimensões que definem a instituição, visa o aperfeiçoamento da qualidade do ensino, da aprendizagem e da gestão institucional com a finalidade de dar continuidade ao processo de transformação da própria universidade e da sociedade, enquanto uma instituição comprometida com o ensino, à pesquisa e a extensão.

Para subsistir, o processo de Autoavaliação da UFMT, além da documentação, normas, legislações e Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), amparada no parágrafo 1º, do Artigo 1º e artigo 11 da Lei acima citada, a Comissão Própria de Avaliação (CPA), realiza pesquisa de Autoavaliação e conta a participação voluntária de todos os segmentos: dirigentes, técnicos, discentes, docentes, egressos e comunidade externa.

Observam-se no decorrer dessa atividade muitas relações e posicionamentos políticos e ideológicos e conforme aponta Rodrigues (2014), incluem formações discursivas

que determinam o que pode e o que deve ser dito, considerando certas posições na conjuntura social. É uma seara de areia movediça.

É importante mencionar, ainda que a Análise de discurso “é um campo que não tem fronteiras definidas por ser muito heterogênea, de modo que das tarefas do analista é demarcar procedimentos de análise ou proceder a recortes”(DIAS & RODRIGUES, 2014).

Assim, esta e outras pesquisas poderão contribuir na (re)construção do projeto institucional e dos projetos pedagógicos, convocar os membros da comunidade universitária a uma participação efetiva na transformação e melhoria da realidade institucional (SINAES, 2004).

Objetivos

A realização de uma pesquisa, dadas às devidas proporções, contribui para o surgimento de reflexões de rumos da intervenção profissional e perspectivas se abrem à medida que possibilita o levantamento de informações e percepções sob a ótica dos atores institucionais. Entre tantos aspectos um voltar para as próprias questões. Assim, o objeto de análise – O discurso da adesão voluntária nos Relatórios de Pesquisa de Autoavaliação Institucional da UFMT.

E nesse retorno reflexivo, inevitavelmente, foi realizada uma seleção dos objetivos pessoais, profissionais e institucionais, destacando os motivos e a relevância de cada um deles (RODRIGUES, 2006, p.110). Partindo dessas premissas, são objetivos dessa investigação:

Objetivo Geral

Analisar o discurso referente a Adesão Voluntária da comunidade universitária contidas nos Relatórios de Autoavaliação Institucional.

Objetivos Específicos

- Analisar o processo de Autoavaliação institucional na UFMT à luz das posições assumidas pelos agentes das CPA contidas nos relatórios anuais de Autoavaliação;
- Verificar o discurso da não premiação ou punição e adesão voluntária na Autoavaliação institucional;
- Perceber os desafios que a CPA/UFMT enfrenta no exercício da Autoavaliação

Institucional;

- Abordar o vínculo das CPA com os órgãos governamentais, com as instâncias decisórias das IES, e, sobretudo, com a comunidade acadêmica, discente, docente e técnico-administrativo;
- Analisar as formas de inserção nas IES das diretrizes do SINAES, a partir das experiências, operacionalização e produção das CPA.

Dispositivo e Análise

A pesquisa foi do tipo exploratório do conhecimento e partiu do pressuposto teórico da Análise de Discurso da escola francesa que contextualiza e dá as bases teórico-metodológicas necessárias para o conhecimento das formações discursivas não estabelecidas que se possa reconhecer nos textos e ainda realizar o cruzamento de vários discursos ou ainda a dominância de um discurso.

A perspectiva metodológica utilizada para a pesquisa foi a da Análise de Discurso (AD) da Escola Francesa.

A AD constitui-se como uma disciplina voltada para os estudos da língua em funcionamento e seus sentidos. Assim, constitui-se dos conceitos-chave: de ideologia, que Pêcheux vai buscar em Althusser, de discurso, em Foucault; de sujeito, em Lacan. É a partir dos trabalhos desses estudiosos que Pêcheux desenvolveu seus conceitos dando forma à AD francesa (SOUZA & RODRIGUES. 2014).

AAD referente à participação voluntária serviu como “estratégia linguístico-discursiva a partir das condições de produção” (PÊCHEUX, 1988) em uma formação discursiva dentro da realidade da Autoavaliação.

Para melhor compreensão do objeto, os procedimentos metodológicos foram constituídos por etapas, ou seja, fundamentação da literatura existente sobre o tema pesquisado, e posteriormente em uma segunda etapa buscou-se fundamentação em documentos oficiais do

INEP, relatórios de Pesquisa de Autoavaliação e outros materiais que proporcionou consistência ao extrair o discurso constitutivo e conseqüentemente se procederam a Análise de discurso.

Análise de Discurso da Adesão Voluntária

A palavra discurso etimologicamente tem em si a idéia de curso,

De percurso, de correr por, de movimento.

O discurso é assim a palavra em movimento, prática de linguagem.

Com o estudo do discurso observa-se o homem falando.
(ORLANDI,1999:15)

Como bem referencia Eni Orlandi (1999), são muitos os critérios pelos quais se constituem tipologias na análise de discurso. Uma das mais comuns é que reflete as distinções institucionais e suas normas.

Pois bem, ao analista a tipologia pode até ser útil em alguns momentos, mas não faz parte de suas preocupações entras. O que caracteriza o discurso, antes de tudo, não é o seu tipo, mas o seu modo de funcionamento (ORLANDI, 2015:84).

Resultados a Serem Alcançadas

A partir dos objetivos se espera os seguintes resultados:

- Demonstração da realidade institucional, por meio dos relatórios de Autoavaliação

da UFMT, com fins de verificar se conseguem deixar evidente a política educacional de ranqueamento com bases neoliberais, a qual torna os profissionais cada vez mais preocupados em garantir o conceito máximo da universidade e de seus cursos.

- Os membros da CPA, ao elaborar a pesquisa de campo e os relatórios de Autoavaliação, se comprometem com o instrumento de trabalho², preocupando-se com a devida e necessária competência técnica, teórico-metodológica, compromisso ético e político, além de não posicionar-se, pautado no senso comum, imbuído de preconceitos e estereótipos.
- A Autoavaliação institucional na UFMT cumpre com o proposto na Lei 10.861 de 14/04/2004, principalmente no que se refere à motivação para a adesão voluntária dos membros da Comunidade universitária interna e externa.
- A Comunidade universitária interna e externa responde a proposta de Autoavaliação do SINAES.

Resultados

Os resultados da pesquisa dependem do desenho metodológico e para isto no processo de localização dos enunciados ou categoria de análise “adesão voluntária” utilizamos a Ferramenta de Localização de palavras do Adobe ACROBAT Reader DC do próprio computador, em todos os relatórios elaborados pela Comissão Própria da UFMT e constantes o Sítio/Portal da Instituição. Primeiro trabalhamos as palavras: Adesão voluntária e não se obteve sucesso, posteriormente somente a palavra voluntária onde se obteve os enunciados a seguir.

Enunciados do Termo Voluntário nos Relatórios de Autoavaliação Institucional da UFMT no Período de 2006 – 2015

² .Instrumento de trabalho utilizado como termo abrangente, nos termos de Yamamoto: “As bases teórico-metodológicas são recursos essenciais que o Assistente Social aciona para exercer o seu trabalho: contribuem para iluminar a leitura da realidade e imprimir rumos à ação, no mesmo tempo que a moldam. Assim o conhecimento não é só um verniz que se sobrepõe superficialmente à prática profissional, podendo ser dispensado; mas um meio pelo qual é possível decifrar a realidade” (IAMAMOTO, 2005, p.63).



Relatório de 2015

- (1) No processo de pesquisa sempre se fez opção por uma amostra voluntária de todos os segmentos, por considerar que é uma forma democrática de participação, o que propicia respostas mais fidedignas, participação de todos os segmentos com disponibilização do questionário online no site da UFMT, por um período de 45 dias; o questionário sempre foi elaborado pela comissão, as potencialidades e fragilidades da instituição deveriam sempre constar no relatório, mesmo a pedido de um gestor/a. pg.14 2015 **Relatório de Autoavaliação Institucional/UFMT, 2015, pg. 14**
- (2) A pesquisa foi exploratória com uma amostra voluntária de todos os segmentos. Para isso, foi disponibilizado no site da UFMT por um período de 45 dias, um questionário, elaborado pela comissão, destinado a docentes, técnicos, discentes e comunidade externa. Foram feitas as seguintes perguntas: pg.17 2015 **Relatório de Autoavaliação Institucional/UFMT, 2015, pg. 17**

Relatório 2014

- (3) “No Projeto de Pesquisa, a comissão fez opção por uma amostra voluntária de todos os segmentos, por considerar que é uma forma democrática de participação o que propicia respostas mais fidedignas. Para isso foi disponibilizado no site da UFMT, por 45 dias, um questionário elaborado pela comissão destinado a docentes, discente, técnicos administrativos e comunidade externa, a fim de conhecermos as potencialidades e fragilidades da Comissão”. (**Relatório de Autoavaliação Institucional/UFMT, 2014, pg. 17**).

Relatório 2013

- (4) “No projeto de pesquisa a comissão optou por uma amostra voluntária, por considerar que é uma forma democrática de participação. O questionário ficou disponível online no site da UFMT, no período de 16 de outubro a 30 de novembro de 2012”. (**Relatório de Autoavaliação Institucional/UFMT, 2013, pg. 22**).

Relatório 2012

- (5) “No projeto de pesquisa a comissão optou por uma amostra voluntária, por considerar que é uma forma democrática de participação. O questionário ficou disponível online no site da UFMT, no período de 16 de outubro a 30 de novembro de 2012”. (**Relatório de Autoavaliação Institucional/UFMT, 2012, pg. 14**).



Relatório 2011

- (6) “No ano de 2010, no período de julho a agosto , foi disponibilizado um questionário de Autoavaliação da UFMT para que as seguintes categorias respondessem, voluntariamente: coordenadores, técnicos, egressos, discentes, docentes e comunidade externa. No que diz respeito à estrutura física, foram considerados os seguintes aspectos: acessibilidade a pessoas com deficiência, instalação das salas de aula e espaços destinados à leitura, pesquisa e estudos na biblioteca, bem como a preservação de sua estrutura. Com relação aos laboratórios: preservação da instalação física de laboratórios específicos do curso. A partir da análise do relatório da CPA 2011, esta comissão põe em destaque os esforços realizados pela instituição na consecução das melhorias a seguir, acrescentando-lhes alguns comentários ”. **(Relatório de Autoavaliação Institucional/UFMT, 2011, pg. 50).**

Relatório 2010

- (7) “Aumentar os programas de qualidade de vida docente, tanto em número de projetos quanto em número de docentes atendidos. Uma novidade a ser avaliada é o caso de uma excursão voluntária para técnicos e docentes para os campi da própria universidade, com frequência anual, com o objetivo conhecer a realidade de outros campi como forma de interação” **(Relatório de Autoavaliação Institucional/UFMT, 2011, pg. 113).**

Relatório de 2009

- (8) “O TTSA desenvolvido por docentes e discentes dos cursos de Serviço Social e de Engenharia Sanitária e Ambiental da UFMT, Técnicos de Educação Ambiental, Assistentes Sociais, Unidade Executora Local (UEL) SANECAP, pedagoga voluntária, técnico de processamento de dados, outros serviços, em conjunto com os presidentes das Associações dos Moradores dos bairros envolvidos, demais lideranças comunitárias e parcerias institucionais” **(Relatório de Autoavaliação Institucional/UFMT, 2009, pg. 28).**
- (9) “Bolsa de Monitoria Voluntária” **(Relatório de Autoavaliação Institucional/UFMT, 2009, pg. 152).**

Relatório de 2006 – 2008

- (10) Bolsa Monitoria Voluntária e VIC com participação voluntaria **(Relatório de Autoavaliação Institucional/UFMT, 2006-2008 pg. 39 e 40).**
- (11) “A pesquisa teve inicio no dia 16 de junho de 2008 e encerrou no dia 18 de setembro. A participação foi voluntária, onde o interessado na avaliação acessava os instrumentos através do SIAPE (segmento professor e técnico administrativo) e número

de matrícula (seguimento estudantil). Participaram da pesquisa 1.042 alunos, 238 professores e 71 técnico-administrativos. Considerando todo o contingente da comunidade universitária em todos os campi, 8,7% dela participaram da pesquisa de opinião. Em tomando os seguimentos individualmente, a participação foi assim representada: 5,68% dos técnicos administrativos, 22,43% dos docentes e 7,12% dos discentes (**Relatório de Autoavaliação Institucional/UFMT, 2006-2008, pg. 98**)

Ao analisar a “discursividade” (ORLANDI, 2002), sobre os “Relatórios de Autoavaliação Institucional da Universidade Federal de Mato Grosso”, cujo objetivo é, dentre outras, razões, destacaram:

“... porque está intimamente ligada à (re)construção do projeto institucional e dos projetos pedagógicos, convoca os membros da comunidade universitária a uma participação efetiva na transformação e melhoria da realidade institucional, é uma exigência legal, a partir de existência do SINAES; é um instrumento de democratização institucional e o aproveitamento dos resultados obtidos da Autoavaliação, contribuem para corrigir e (re)definir os rumos históricos da instituição” (CPA/UFMT/ Por que Autoavaliar? 2016).

A Autoavaliação na UFMT é coordenada e realizada pelos “Sujeitos” membros da Comissão Própria de Avaliação/CPA, constituída oficialmente por meio de portaria para tal feito, em que avaliavam 10 dimensões e na atualidade cinco Eixos, a saber, 1. Planejamento e Avaliação Institucional; 2. Desenvolvimento Institucional; 3. Políticas acadêmicas; 4. Políticas de gestão; 5. Infraestrutura Física.

A CPA é a responsável em elaborar um anualmente um Documento/Relatório de Autoavaliação em atendimento as exigências do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, instituído pela Lei 10.861 de 14 de abril de 2004.

É importante destacar que se a Instituição não protocolar anualmente o relatório de Autoavaliação a mesma fica inadimplente junto ao INEP/MEC resultando em uma série de consequências negativas para a Instituição, dentre elas, “O controle social e a avaliação no planejamento são importantes em uma gestão democrática. Assim, é imperioso afirmar que o planejamento, monitoramento e avaliação, não podem ser entendidos como atividade burocrática executável por comissões ou grupos de planejamento, mas, sim, como uma responsabilidade avocada por todos os níveis hierárquicos da instituição.



Edição 25 – Fevereiro de 2020
Artigo recebido até 30/12/2019
Artigo aprovado até 22/01/2020

Considerações Finais

O presente relatório, resultado da investigação referente o discurso presentes nos Relatórios Autoavaliação Institucional revelam de forma geral, que há uma defes DA Lei 10.861 de 14 de abril de 2004 “Art. 1º Fica instituído o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, com o objetivo de assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes, nos termos do [art 9º, VI, VIII e IX, da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996.](#)”.

De modo geral, o Ensino Superior teve um avanço significativo na última década (2004 a 2014), criação de novas universidades, expansão de bolsas tanto para o sistema público quanto para privado, além de diversos programas de ingresso e permanência locais e para demandas específicas.

E importante destacar que com o advento do SINAES, as instituições, apesar de em um primeiro momento constituírem suas comissões para cumprir as formalidades legais, buscaram se melhorar e compreender a avaliação, conforme afirma Verhine (2000, pg.121) “como processo de criação de cultura, de busca contínua de atualização e auto superação pelos atores-sujeitos e de auto regulação institucional das estruturas de poder e do sistema assegurando, assim, sintonia com as mudanças operadas no entrono, na economia e na tecnologia”.

Na Universidade Federal de Mato Grosso esse processo de autoavaliação teve vários avanços, passando do cumprimento legal para uma proposta de gestão, muito embora alguns



Edição 25 – Fevereiro de 2020
Artigo recebido até 30/12/2019
Artigo aprovado até 22/01/2020

gestores não chegaram a essa compreensão, daí não aparecer no discurso dos relatórios de autoavaliação uma defesa explícita pelo voluntariado ou obrigatoriedade da Autoavaliação Institucional.

Ressalta-se ao final desse que o relatório de licença capacitação que as informações referente a pesquisa ainda não foram analisadas, aqui neste texto constam alguns aspectos levantados durante o período de licença e neste estão apenas alguns aspetos levantados. Igualmente não constam aqui com profundidade autores estudados que irão embasar o final do trabalho de pós-doutorado.

No período foi ministrado o Curso Análise de discurso da Escola Francesa, cujo produto final foi a elaboração de um artigo sobre o Discurso das Assistentes Sociais na Elaboração do Parecer Social em um campo de atuação profissional

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

IAMAMOTO, Marilda Vilela. O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 8. ed, São Paulo: Cortez, 2005.

IAMAMOTO, M. V. e CARVALHO. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil. 17 ed, São Paulo: Cortez, 2005.

RODRIGUES, Marlon Leal. DISCURSO, POLÍTICA E ENSINO. Disponível em <http://linguisticaelinguagem.cepad.net.br/EDICOES/03/Arquivos/livroUnemat.pdf>. Acesso em 30/11/2014

RODRIGUES, Maria de Sousa. Intervenção Profissional e interface entre Assistentes Sociais e Operadores de Direito nos Núcleos de Prática Jurídica. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Tese de Doutorado. Porto Alegre, 2006

RODRIGUES, M. S., et al., Autoavaliação como Instrumento de Democratização Institucional, INEP – Brasília, set.-2013 , Disponível em < <http://portal.inep.gov.br/seminarios-regionais/trabalhos-por-regiao> >. Acesso em 07/ mai/ 2014.



Edição 25 – Fevereiro de 2020
Artigo recebido até 30/12/2019
Artigo aprovado até 22/01/2020

GRINSPUN, Zippin (org.) Educação Tecnológica. São Paulo, Cortez, 1999. Disponível em: <www.faced.ufba.br/~edc287/t01/.../03_educacao_tecnologica.doc> Acesso em 11 mar. 2010.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. "PAIUB (Programa de Avaliação Institucional)" (verbetes). Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2002, <http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=125>, visitado em 11/12/2014.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Comissão Nacional de Avaliação de Educação Superior. Instituto Nacional de Estudos e pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Avaliação Externa das Instituições de Ensino Superior. Diretrizes e Instrumento. Brasília, 2006

ORLANDI, E.P. Análise de Discurso: princípios e procedimentos. 2. Ed. Campinas-sp: pontes, 2000.

SAMPAIO, Helena. O setor privado de ensino superior no Brasil: continuidades e transformações. <http://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/artigos/o-setor-privado-de-ensino-superior-no-brasil-continuidades-e-transformacoes>. Acesso em 08 de dezembro de 2014

SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: da concepção à regulamentação. 5.ed. rev. e ampl. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2009.

PÊCHEUX, M. O discurso. Estrutura ou acontecimento. Campinas-SP: Pontes, 1990.

_____. Semântica e discurso. Uma crítica à afirmação do óbvio . Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 1988

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO. Plano de Desenvolvimento Institucional: 2013-2018. Cuiabá: UFMT, 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO. Relatório de Avaliação Institucional 2013. Cuiabá-MT, Reitoria /UFMT, 2014.

ANEXO 1

ANÁLISE DE DISCURSO DA AUTOAVALIAÇÃO NOS CAMPUS UNIVERSITÁRIOS DO
ARAGUAIA, DE RONDONÓPOLIS E SINOP

ANÁLISE DOS DADOS DO CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DO ARAGUAIA

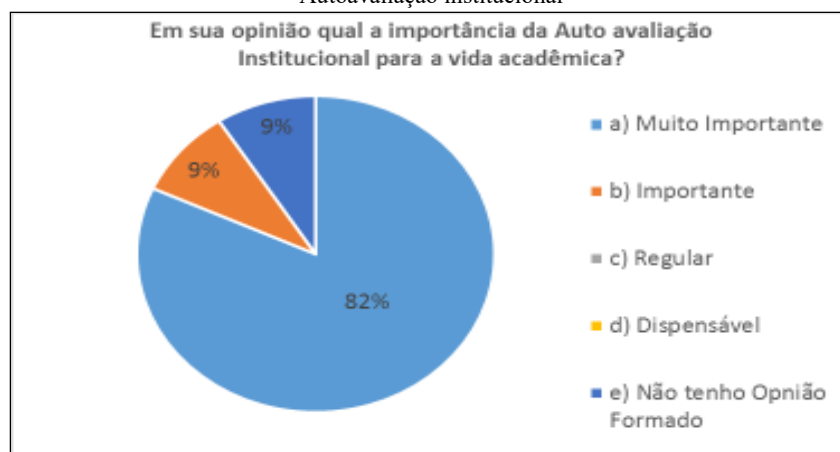
Quando perguntado se os respondentes tinham acesso a informações do quantitativo de servidores em exercício na Instituição, dezesseis disseram que sim, quatro referiram que não. Dentre os que responderam afirmativamente é possível perceber que o número de servidores varia, conforme o porte e a missão da Instituição, segundo expresso na figura 1 a seguir.

Gráficos dos dados tabulados do questionário referente à modalidade de adesão à Autoavaliação institucional.

Questionários respondidos: 11

Expresse o grau de importância da Autoavaliação institucional para a vida acadêmica.

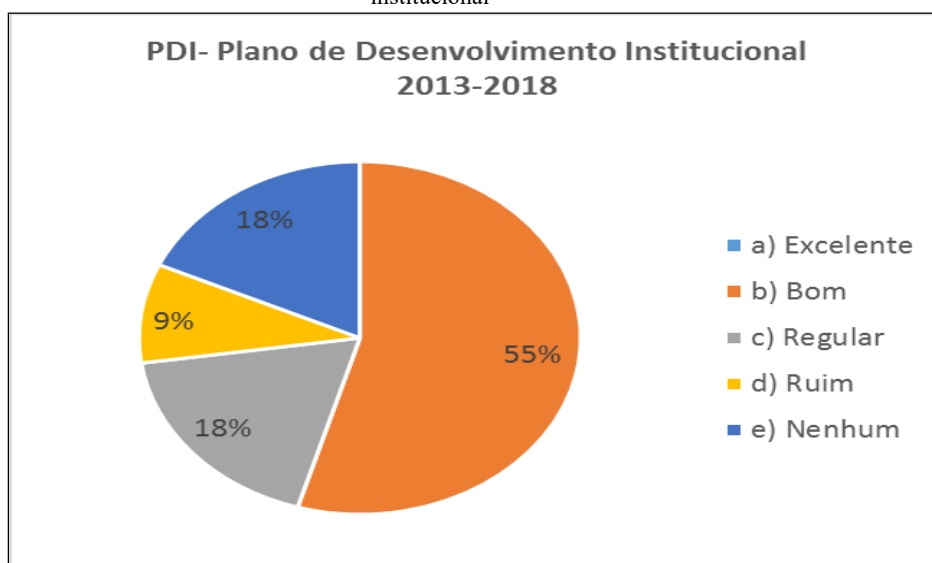
Figura 1. Gráficos dos dados tabulados do questionário referente à modalidade de adesão à Autoavaliação institucional



Fonte: ARAGUAIA-MT

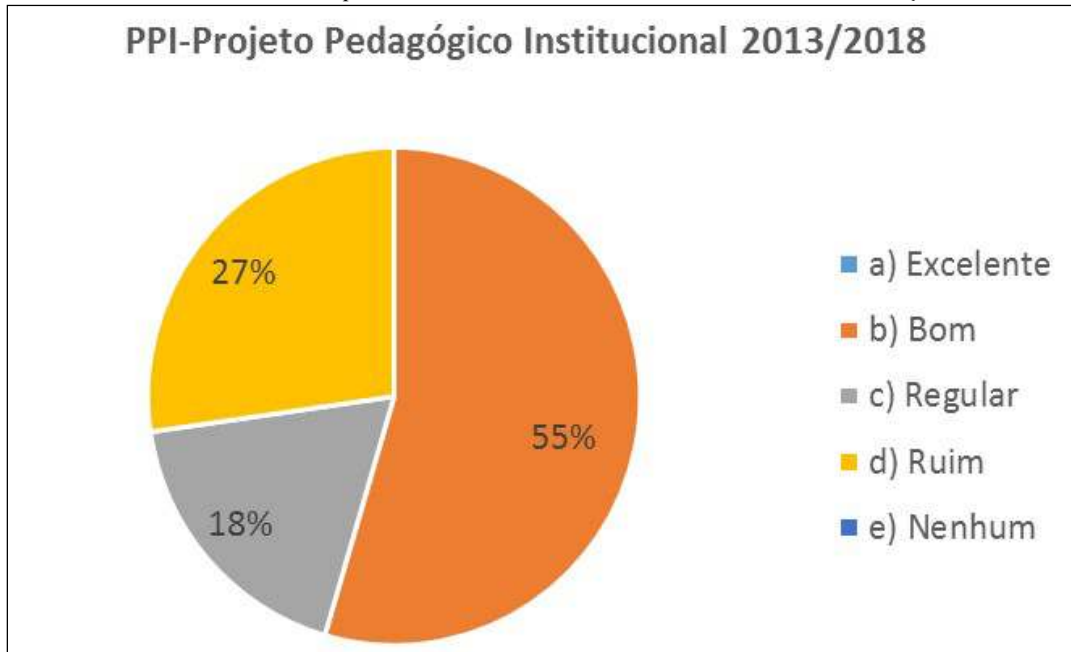
Avalie o grau de conhecimento que você possui dos documentos oficiais relativos à Autoavaliação institucional.

Figura 2. Gráficos dos dados tabulados do questionário referente à modalidade de adesão à Autoavaliação institucional



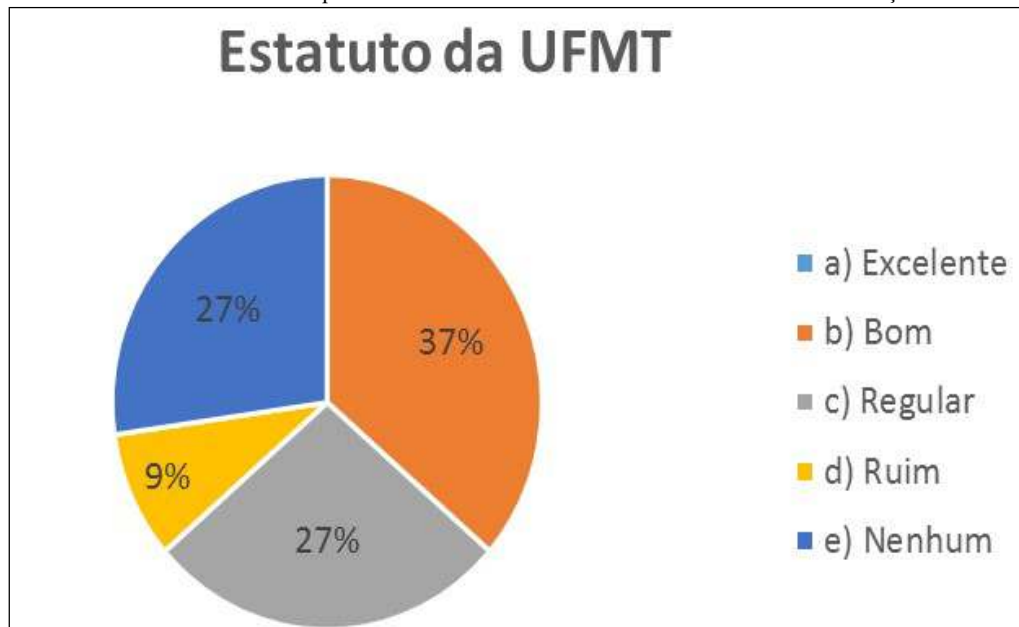
Fonte: ARAGUAIA-MT

Figura 3. Gráficos dos dados tabulados do questionário referente à modalidade de adesão à Autoavaliação institucional



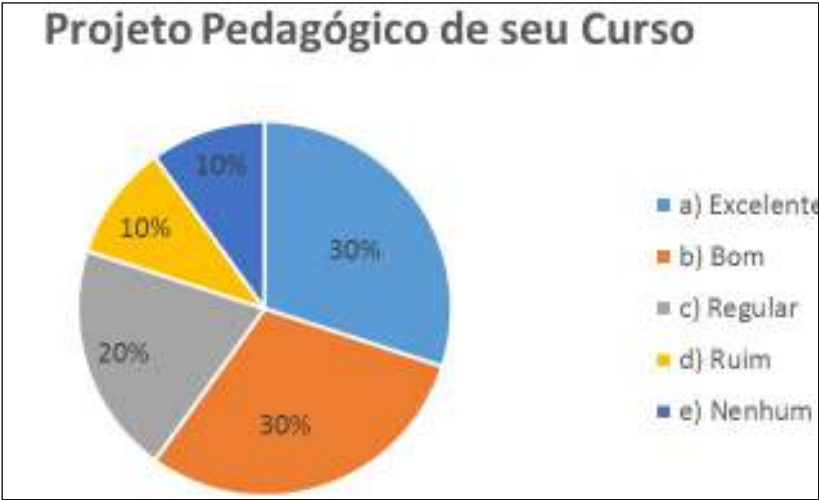
Fonte: ARAGUAIA-MT

Figura 4. Gráficos dos dados tabulados do questionário referente à modalidade de adesão à Autoavaliação institucional



Fonte: ARAGUAIA-MT

Figura 5. Gráficos dos dados tabulados do questionário referente à modalidade de adesão à Autoavaliação institucional



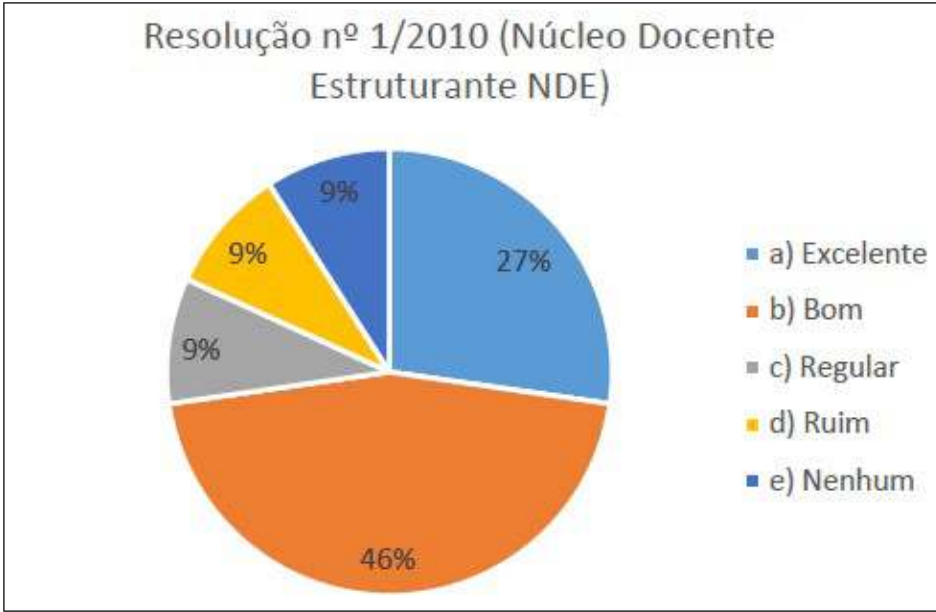
Fonte: ARAGUAIA-MT

Figura 6. Gráficos dos dados tabulados do questionário referente à modalidade de adesão à Autoavaliação institucional



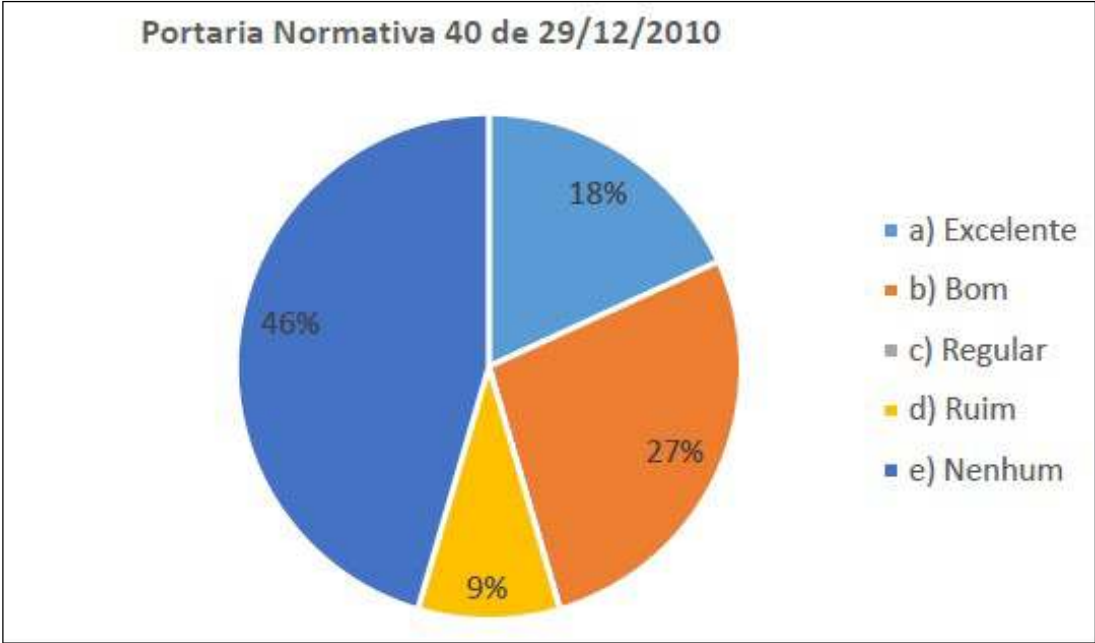
Fonte: ARAGUAIA-MT

Figura 7. Gráficos dos dados tabulados do questionário referente à modalidade de adesão à Autoavaliação institucional



Fonte: ARAGUAIA-MT

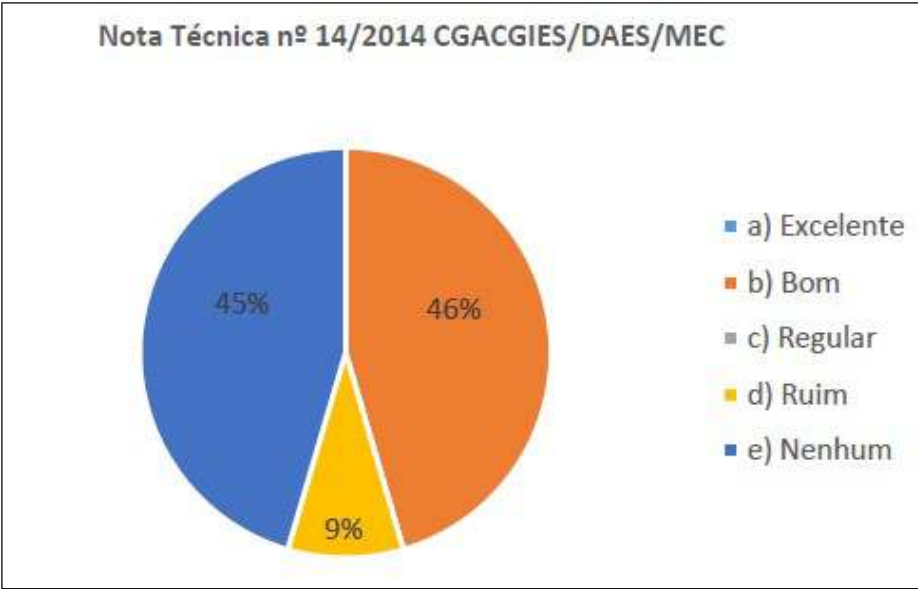
Figura 8. Gráficos dos dados tabulados do questionário referente à modalidade de adesão à Autoavaliação institucional



Fonte: ARAGUAIA-MT

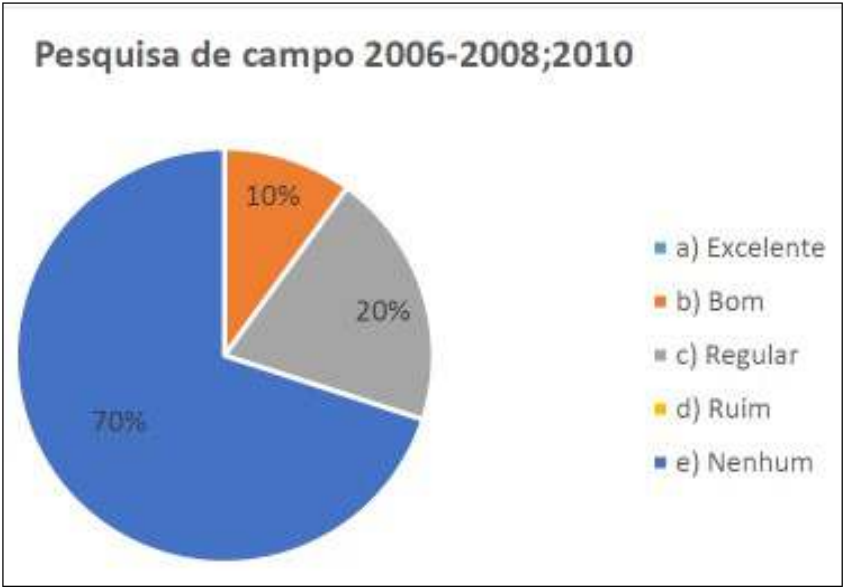
Avalie o grau de participação nas atividades de Autoavaliação institucional na UFMT?

Figura 8. Gráficos dos dados tabulados do questionário referente à modalidade de adesão à Autoavaliação institucional



Fonte: ARAGUAIA-MT

Figura 9. Gráficos dos dados tabulados do questionário referente à modalidade de adesão à Autoavaliação institucional



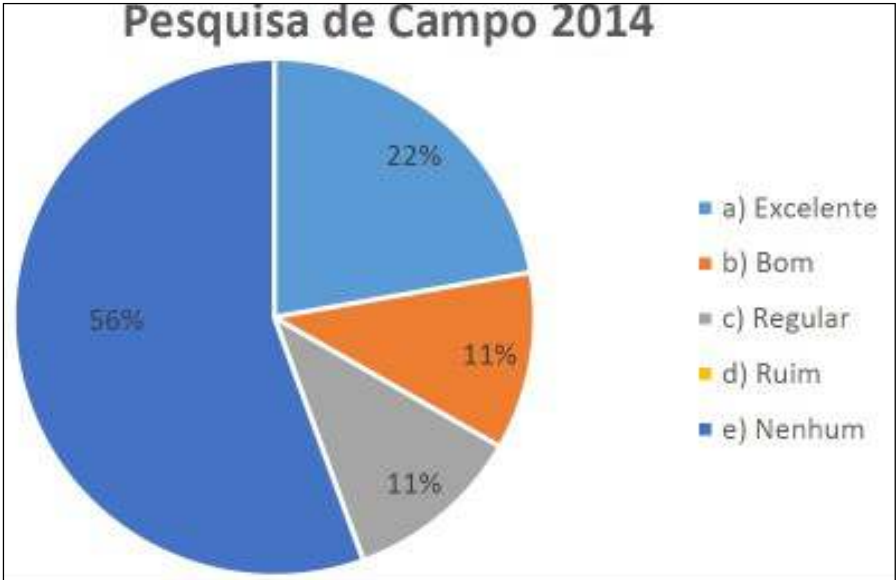
Fonte: ARAGUAIA-MT

Figura 10. Gráficos dos dados tabulados do questionário referente à modalidade de adesão à Autoavaliação institucional



Fonte: ARAGUAIA-MT

Figura 11. Gráficos dos dados tabulados do questionário referente à modalidade de adesão à Autoavaliação institucional



Fonte: ARAGUAIA-MT

Figura 12. Gráficos dos dados tabulados do questionário referente à modalidade de adesão à Autoavaliação institucional